

A ANÁLISE DO PROTECIONISMO DA INDÚSTRIA DO CACAU NA COSTA DO MARFIM

Gabriel Luppino¹
Kethelyn Juana Macedo Borges²
Gustavo Tonon Lopes³

RESUMO: O cacau, fruto com propriedades anti-inflamatórias e antioxidante, é essencial para a economia da Costa do Marfim, que lidera a produção mundial, representando cerca de 40% da oferta global. A produção de cacau, introduzida no país no século XIX, tornou-se vital, representando 60% das exportações em 2023. Para garantir a renda dos agricultores e estabilizar o setor, o governo implementou políticas protecionistas, incluindo um preço mínimo para o cacau. Embora tais políticas busquem proteger os pequenos produtores das flutuações de preços internacionais, podem limitar a competitividade a longo prazo e perpetuar desigualdades. Desafios como acesso limitado a tecnologia e financiamento tornam difícil para os pequenos agricultores modernizarem-se, potencialmente prejudicando a sustentabilidade do setor. Para equilibrar proteção e competitividade, recomenda-se que o governo ofereça suporte técnico e financeiro, promovendo práticas agrícolas regenerativas, que garantam a prosperidade econômica e social dos produtores. Com essas mudanças, a Costa do Marfim pode assegurar uma posição mais sustentável no mercado global de cacau, alinhada com a responsabilidade ambiental e a justiça social.

7427

Palavras-chave: Cacau. Costa do Marfim. Produtor. Indústria. Protecionismo.

ABSTRACT: Cocoa, a fruit with anti-inflammatory and antioxidant properties, is essential for the economy of Côte d'Ivoire, which leads the world production, accounting for about 40% of the global supply. Cocoa production, introduced in the country in the 19th century, has become vital, accounting for 60% of exports by 2023. To ensure farmers' incomes and stabilize the sector, the government implemented protectionist policies, including a minimum price for cocoa. Although such policies seek to protect small producers from international price fluctuations, they can limit long-term competitiveness and perpetuate inequalities. Challenges such as limited access to technology and finance make it difficult for smallholder farmers to modernize, potentially undermining the sustainability of the sector. To balance protection and competitiveness, it is recommended that the government provide technical and financial support, promoting regenerative agricultural practices that guarantee the economic and social prosperity of producers. With these changes, Côte d'Ivoire can secure a more sustainable position in the global cocoa market, aligned with environmental responsibility and social justice.

Keywords: Cocoa, Ivory Coast. Producer. Industry. Protectionism.

¹Tecnólogo em Comércio Exterior (cursando 6º semestre) Faculdade de Tecnologia da Zona Leste.

²Tecnóloga em Comércio Exterior (cursando 6º semestre) Faculdade de Tecnologia da Zona Leste.

³Orientador.

I. INTRODUÇÃO

O cacau é um fruto do cacaueiro (nome científico: *Theobroma cacao*) uma árvore de clima tropical presente principalmente nas regiões da América do Sul e Central e na África Ocidental. Seu fruto possui propriedades anti-inflamatórias, antioxidantes e cardioprotetoras (SANTOS, 2008). Atualmente, o cacau é cultivado principalmente por agricultores familiares, sendo uma importante cultura de sobrevivência de até 50 milhões de pessoas ao redor do mundo (WORLD COCOA FOUNDATION, 2018). Os países que mais produzem cacau no mundo são Costa do Marfim com 39,0% da produção sendo o maior produtor com mais que o dobro da produção do segundo colocado, Gana (14,5%) e o terceiro Indonésia (14,0%) (FAOSTAT, 2020).

Na costa do Marfim, o cacau foi introduzido por colonizadores europeus durante o século XIX, com a ajuda do clima e do solo da região, logo a produção se mostrou promissora. No século XX, a produção de cacau no país cresceu significativamente fazendo assim o país se tornar o maior exportador dessa commodity.

Devido a esse alto volume de produção, o cacau se tornou a principal fonte de renda do país, impulsionando a sua economia e moldando sua cultura. Apenas em 2023, 60% das exportações do país foram por conta do cacau bruto ou torrado. (COMEXSTAT, 2023)

Como o país precisa que a exportação dessa commodity seja lucrativa e benéfica, várias medidas protecionistas foram impostas para garantir a sustentabilidade do setor e o fortalecimento da economia nacional. Medidas como a fixação de um preço mínimo pela tonelada de cacau em 2019 ganharam forte repercussão e notoriedade para a produção e venda no país.

O protecionismo, como estratégia política e econômica, desempenha um papel significativo na indústria do cacau da Costa do Marfim, moldando a dinâmica do setor e gerando uma série de desafios e consequências. Esta abordagem visa proteger a produção local de cacau contra a concorrência internacional, mas também traz à tona uma série de problemas que afetam tanto os produtores quanto a economia nacional.

Porém, essa autodependência da Costa do Marfim sobre o cacau pode gerar sérios problemas econômicos se tais medidas protecionistas não forem aceitas pelos principais compradores. A opção mais viável seria investir esforços para a produção e exportação de outros produtos (não tão notórios quanto a do cacau) para manter a estabilidade no país, látex e café seriam alternativas para essa medida.

Diante desse cenário, a produção de cacau na Costa do Marfim e suas barreiras tarifárias constituem um tema relevante e atual, com implicações significativas para a economia do país, a importação do cacau marfinense para o mundo e a sobrevivência de milhares de agricultores.

Uma análise sobre esse tema contribuirá para a compreensão do impacto das barreiras tarifárias, a reação do comércio internacional e as razões da Costa do Marfim adotar essa medida. Dessa forma, analisar o protecionismo na indústria do cacau na Costa do Marfim é fundamental para compreender os impactos dessas políticas no desenvolvimento econômico, na sustentabilidade e na competitividade internacional do país.

2. FUNDAMENTAÇÃO TERICA

A Costa do Marfim é o maior produtor mundial de cacau, respondendo por 40% do total global. É inegável a importância do cacau na economia nacional, respondendo por grande parte das suas exportações e gerando renda para milhões de pequenos agricultores. No entanto, durante décadas, a Costa do Marfim tem enfrentado desafios relacionados com a política comercial internacional e com a segurança econômica interna e externa relacionada com a gestão e o desenvolvimento da indústria do cacau.

O protecionismo econômico é uma política governamental que procura proteger as indústrias nacionais da concorrência externa, restringindo o comércio internacional através de tarifas, subsídios ou restrições de quantidade de importação. Segundo Krugman (1987), o protecionismo pode ser vantajoso em determinadas circunstâncias, protegendo setores estratégicos ou em desenvolvimento, mas também tende a limitar a competitividade e o fluxo de inovação, levando a uma baixa eficiência do mercado. Na Costa do Marfim, foram impostas restrições à indústria do cacau, incluindo controles de preços e mandatos de exportação, para reduzir os rendimentos dos agricultores. Akiyama et al. (2001) destacam que a intervenção do governo marfinense no setor de cacau busca estabilizar o mercado, reduzindo a volatilidade dos preços internacionais, o que pode proteger a renda dos pequenos produtores, vulneráveis às flutuações do mercado global.

No entanto, as restrições podem levar à formação de monopólios ou oligopólios, reduzindo a concorrência e a eficiência econômica. Porter (1990) acredita que uma forte proteção da indústria pode impedir a inovação, reduzindo a pressão competitiva necessária para desenvolver novos produtos ou tecnologias de produção. No caso da Costa do Marfim, as políticas de regulação de preços e de exportação têm sido criticadas por alguns estudiosos por

criarem uma dependência excessiva dos produtores em relação ao governo e por desincentivarem a modernização do setor produtivo.

Além disso, as barreiras tarifárias e subsídios aplicados por países importadores de cacau também são um exemplo de protecionismo que afeta negativamente a indústria marfinense. Segundo Baldwin (2011), as nações desenvolvidas, especialmente na Europa e na América do Norte, impõem tarifas e restrições mais elevadas sobre produtos processados de cacau, como chocolate, do que sobre a matéria-prima in natura. Essa prática dificulta o desenvolvimento de indústrias de valor agregado na Costa do Marfim, perpetuando o país como mero exportador de matéria-prima e limitando seu potencial de industrialização.

Por outro lado, Collier e Venables (2007) sugerem que políticas protecionistas podem ser benéficas para países em desenvolvimento em determinadas circunstâncias, particularmente quando o objetivo é fomentar a industrialização e a diversificação econômica. Na Costa do Marfim, existem iniciativas para agregar valor à produção de cacau, com o governo incentivando o processamento local de cacau para exportação. Essas medidas têm sido vistas como um esforço para capturar uma fatia maior da cadeia de valor e reduzir a dependência de flutuações dos preços internacionais da commodity.

Por fim, o protecionismo também deve ser compreendido dentro do contexto das políticas internacionais de comércio. A Costa do Marfim, como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), enfrenta pressões para liberalizar seu comércio e reduzir intervenções estatais, a fim de promover a concorrência global. Entretanto, muitos especialistas, como Rodrik (2001), argumentam que uma abordagem liberal de "tamanho único" não considera as realidades econômicas e sociais dos países em desenvolvimento, sendo o protecionismo, por vezes, uma estratégia necessária para proteger setores vulneráveis. 7430

Em resumo, a segurança da indústria do cacau na Costa do Marfim ilustra os complexos conflitos entre a necessidade de proteger os pequenos agricultores, a procura do desenvolvimento econômico e da industrialização, e os desafios do comércio internacional. A análise teórica desse fenômeno revela tanto as vantagens quanto os desafios dessa política, sendo crucial para entender as dinâmicas do mercado de cacau e a posição da Costa do Marfim na economia global

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo de Pesquisa

Este estudo adota uma abordagem quantitativa e descritiva, com o objetivo de analisar o impacto das políticas de protecionismo na indústria de cacau da Costa do Marfim. A pesquisa descritiva busca caracterizar e detalhar fenômenos específicos, permitindo a compreensão da relação entre as variáveis envolvidas (GIL, 2010). A escolha por uma abordagem quantitativa se justifica pela necessidade de analisar dados numéricos sobre produção, exportação e preços do cacau.

3.2. Coleta de Dados

A coleta de dados será realizada por meio de:

1. Dados secundários: informações provenientes de relatórios governamentais, publicações da Organização Mundial do Comércio (OMC), e de organizações internacionais, como a FAO e o Banco Mundial. Esses dados serão utilizados para entender as políticas protecionistas e seus efeitos na economia do país.

3.3. Análise dos Dados

Serão usadas estatísticas descritivas e regressão linear para avaliar a relação entre as políticas e o desempenho econômico dos produtores, considerando o volume de produção e a renda anual. Comparações com outros países produtores também serão feitas para entender melhor esses efeitos.

3.4. Limitações do Estudo

Uma das principais limitações deste estudo é a dependência de dados secundários, que podem não refletir completamente a realidade atual do setor.

4. DISCUSSÃO

O protecionismo na indústria do cacau da Costa do Marfim tem sido um mecanismo importante para fortalecer a economia local e proteger os pequenos agricultores das flutuações do mercado internacional. De acordo com um relatório da FAO, “a dependência dos preços globais do cacau expõe os países produtores a riscos econômicos significativos”. O objetivo destas políticas é estabilizar os rendimentos dos produtores e manter uma produção mais

resiliente, especialmente face às flutuações de preços. Um artigo da ICCO (2021) menciona que “proteger os produtores locais é considerado crucial para manter a vitalidade econômica da produção de cacau na região”.

Na análise do impacto social, o protecionismo na indústria do cacau pode ter efeitos mistos. Ele pode promover o desenvolvimento rural e aumentar a renda dos pequenos agricultores, mas, ao mesmo tempo, há o risco de que políticas de controle de preços e subsídios acabem beneficiando apenas grandes fazendeiros e empresas nacionais, marginalizando os pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Dado este panorama, a análise de segurança na Costa do Marfim deve combinar os benefícios do fortalecimento da indústria nacional com os desafios de um mercado internacional altamente competitivo dominado por grandes intervenientes internacionais. Ao falar sobre o futuro do cacau na Costa do Marfim, é necessário considerar se esta política é eficaz no fortalecimento da economia e nas questões morais e sociais a ela relacionadas.

5. RESULTADOS

A análise sobre o protecionismo, destaca que a política adotada visa fortalecer um setor estratégico para a economia nacional, responsável por uma fatia significativa do PIB e da geração de emprego. Ao implementar medidas como tarifas, subsídios e regulamentações comerciais, o governo busca proteger os produtores locais dos choques de preços no mercado internacional e reduzir a dependência de importações, promovendo a autossuficiência e o desenvolvimento da cadeia produtiva doméstica.

Contudo, esse protecionismo também apresenta efeitos colaterais significativos. Um dos principais desafios identificados é a limitação da competitividade em longo prazo, pois a proteção excessiva pode desencorajar a inovação e a adoção de práticas mais eficientes entre os produtores locais. Pequenos agricultores, em particular, enfrentam maiores dificuldades em obter financiamento e acesso a tecnologias que melhorariam a produtividade e a qualidade do cacau. Isso pode perpetuar a desigualdade no setor e restringir o desenvolvimento inclusivo da indústria.

Recomenda-se que o governo marfinense avalie uma transição para políticas mais equilibradas, que ofereçam suporte aos pequenos agricultores, incentivem a modernização do setor e promovam a sustentabilidade ambiental. A implementação de políticas de apoio técnico e financeiro a agricultores de pequena escala, aliada a um enfoque em práticas agrícolas

regenerativas, pode não só assegurar a competitividade do cacau marfinense no mercado global, mas também garantir que os benefícios econômicos sejam amplamente distribuídos, gerando uma prosperidade mais equitativa e duradoura.

Assim, a Costa do Marfim pode alcançar uma posição mais sustentável e competitiva no mercado global de cacau, enquanto melhora as condições sociais e econômicas de seus produtores. Esse ajuste de políticas fortalecerá o setor no longo prazo, integrando o país a uma economia global cada vez mais focada em responsabilidade ambiental e justiça social.

6. CONCLUSÃO

A análise do protecionismo na indústria do cacau da Costa do Marfim revela uma estratégia complexa, voltada para a proteção e desenvolvimento econômico de um setor essencial para o país. A Costa do Marfim, o maior exportador mundial de cacau, depende do cacau para alimentar a sua economia, mas também para apoiar milhões de pequenos agricultores. As políticas protecionistas, incluindo a fixação de preços mínimos e controles de exportação, visam garantir a estabilidade financeira dos produtores e reduzir a vulnerabilidade à flutuação dos preços do mercado internacional.

No entanto, essas medidas protecionistas também apresentam desafios, como a possível criação de dependência governamental por parte dos produtores e a limitação da competitividade global da indústria. A proteção excessiva pode desencorajar a inovação e dificultar a adoção de práticas mais eficientes, o que, em longo prazo, pode prejudicar o desenvolvimento do setor. Por esse motivo, é necessário um equilíbrio entre protecionismo e abertura para os mercados globais, incentivando uma estratégia inovadora que permita maior eficiência e competitividade. 7433

Conclui-se que uma política protecionista mais balanceada, focada no apoio aos pequenos produtores e no estímulo à sustentabilidade ambiental, poderá proporcionar à Costa do Marfim uma posição mais robusta no mercado global, ao mesmo tempo em que promove um crescimento econômico mais inclusivo e duradouro.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Autor. **Propriedades do cacau**. 2008.

WORLD COCOA FOUNDATION. **Dados sobre a importância do cacau para agricultores familiares**. 2018.

FAOSTAT. Estatísticas de produção de cacau mundial. 2020.

COMEXSTAT. Informações sobre a exportação de cacau na Costa do Marfim. 2023.

KRUGMAN, P. A utilidade do protecionismo em setores estratégicos. 1987.

AKIYAMA, T. et al. Intervenções do governo no setor de cacau na Costa do Marfim. 2001.

BALDWIN, R. Efeitos de tarifas sobre produtos processados. 2011.

PORTER, M. Impacto do protecionismo sobre inovação e eficiência econômica. 1990.

COLLIER, P.; VENABLES, A. Políticas protecionistas e industrialização. 2007.

RODRIG, D. Protecionismo para países em desenvolvimento. 2001.

FAO. Relatório sobre a dependência dos preços globais do cacau. 2020.

ICCO. Comentário sobre a proteção aos produtores locais de cacau. 2021.